

# 1

## INTRODUÇÃO

Deus é um cara gozador  
Adora brincadeira  
Pois pra me jogar no mundo  
Tinha o mundo inteiro  
Mas achou muito engraçado  
Me botar cabreiro  
Na barriga da miséria  
Nasci brasileiro  
Eu sou do Rio de Janeiro  
(Partido alto; Chico Buarque)

As epígrafes ajudam a preencher simbolicamente a perspectiva que o autor pretende dar ao desenvolvimento de seu trabalho, no caso do presente estudo não é diferente. A epígrafe aqui escolhida permite que sinalizemos o viés teórico deste estudo que pretende mostrar a relação entre o aprendizado de línguas estrangeiras no Brasil, em particular no Estado do Rio de Janeiro, e como ela se encaixa na dinâmica da inclusão social.

A articulação entre línguas e inserção social já vem sendo investigada principalmente em trabalhos que abordam contextos de imigração, nos quais os termos *inserção*, *assimilação*, *integração* e *exclusão* balizam as abordagens. Castellotti e De Robillard, (2001) apontam que o emprego de tais termos indica o modo pelo qual as sociedades agem diante do que é diferente. Assim, segundo estes autores, o termo *assimilação* seria uma herança da política ligada aos ideais da Revolução francesa, predominante até meados do século XX, que ignorava ou tentava erradicar as diferenças. A política de *integração* que aparece entre os anos 60 e 70 apoiava-se principalmente nas questões da deficiência física sem estender-se ao domínio social. O termo *inserção* substituiu progressivamente aquele de *integração* refletindo as mudanças em relação ao tratamento do diferente. Castellotti e De Robillard (2001, p.6) destacam:

Quant à la substitution progressive du terme d'insertion `a celui d'intégration, il traduit une évolution dans la conception des roles des différents partenaires dans la prise en compte et le traitement des differences. [...] Face à l'exclusion, l'insertion apparaît donc comme une réponse impliquant l'ensemble du tissu social et nécessitant une réflexion sur les synergies et les complémentarités entre les différents domaines et espaces où elle peut s'opérer.

No presente estudo, abordamos a questão do acesso ao ensino de línguas estrangeiras como um fator de inserção ou inclusão social em um contexto diferente daquele focalizado por Castellotti & Robillard (op. cit), no qual predomina a situação dos imigrantes na França, porém mantendo em comum a dimensão lingüística como um fator de inserção.

A origem da desigualdade social que demanda reflexões em todos os domínios, a respeito de políticas de inclusão, está no fato de fazermos parte de um país cujo desenvolvimento econômico colonial baseou-se nos pilares de uma enorme concentração inicial da propriedade fundiária e da importação maciça de mão-de-obra escrava.

Consideramos neste estudo as peculiaridades de alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro, levando em conta que ensino de línguas está diretamente relacionado aos longos períodos de elitização educacional, de exclusão e de desigualdade social, constituindo um traço desenvolvido nas estruturas sociais a partir do período colonial. Desde este período, mesmo o idioma usado na colônia, recebido da metrópole, conservava traços da diferenciação de classe, as classes inferiores não falavam a mesma língua dos senhores de terras e da administração; as atividades intelectuais e clericais eram exercidas em latim; a utilização de uma língua culta, em contraposição a uma língua popular, denunciava o divórcio existente entre os homens de pensamento e o povo.

Observamos que tal divórcio perpetua-se, entre outros domínios, naquele relacionado ao acesso às línguas estrangeiras. Ao falarmos em política lingüística para o ensino de línguas estrangeiras seria desejável que a princípio houvésemos realmente no Brasil uma política lingüística clara e bem definida neste domínio, no entanto o que temos são leis e decretos que nem sempre precedem de um planejamento, e menos ainda de um trabalho de consulta às comunidades escolares, por exemplo. E ainda que o sistema de ensino seja regido pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), são os estados e municípios que se encarregam do processo de escolarização, desde a pré-escola até o ensino médio. Então como e quem deveria definir que línguas estrangeiras ensinar,, por quais razões e levando em conta que tipo de contexto?

Evocamos propositadamente a atuação da Francofonia<sup>1</sup> primeiramente por se tratar de um movimento em favor de um idioma, o francês, que tem entre os seus princípios a defesa da diversidade cultural e por aventar propostas de cooperação descentralizada em favor da promoção do idioma em consonância com os contextos plurilíngües; uma das vantagens da promoção do plurilingüismo no sistema educacional pode ser uma forma de evitar a centralização do ensino de uma língua estrangeira em torno de uma única língua, o inglês.

Uma outra razão é porque a língua francesa ocupa um lugar importante nas representações lingüísticas da população, como veremos em

---

<sup>1</sup> Segundo Leclerc (2006), Atualmente, fala-se em *francofonia* (com *f* minúsculo) para se referir aos povos ou grupos de locutores que utilizam parcial ou inteiramente a língua francesa no seu dia a dia ou como língua de comunicação. O termo **Francofonia** (com letra maiúscula) refere-se principalmente ao conjunto de governo, países ou instâncias oficiais que têm em comum o uso do francês em seus trabalhos e interações. Trata-se, portanto, de duas realidades diferentes: **francofonia** (povos e locutores) ou **Francofonia** (governos ou países).

uma enquête realizada em algumas universidades da cidade do Rio de Janeiro e, terceiro, embora os motivos só se limitem aqui por uma questão metodológica, porque esta língua e a cultura que ela veicula (especialmente a cultura francesa), já tiveram um lugar de destaque na educação, na cultura, e na vida cotidiana da cidade do Rio de Janeiro. Um exemplo desta presença encontra-se na antologia preparada por Isabel Lustosa (2001) na qual são inúmeras as referências à língua francesa na literatura nacional dos séculos XIX e XX que tinha por cenário a cidade do Rio de Janeiro.

Estas razões não isentam o poder público e a sociedade civil de suas responsabilidades na elaboração de uma política lingüística para o ensino de línguas. Evocamos a francofonia nesta análise sobretudo porque em sua terceira fase, segundo a divisão proposta por Wolton (2006), ela se propõe a conjugar cultura, economia, democracia e sociedade.

O contexto social selecionado para este estudo encontra-se no Estado Rio de Janeiro, e como a barriga da miséria é consideravelmente grande, detivemo-nos não só no município do Rio, mas também em outros municípios do estado, alvo de migrações internas e/ou externas. Logo, procuramos tecer uma linha de investigação que associa também o acesso ao ensino de línguas ao contexto político-econômico do Estado do Rio e do país. No caso da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, podemos assinalar que o desenvolvimento de um plurilingüismo de elite, através de escolas bilíngües e de cursos privados, é um exemplo de como uma parcela da população age *in vivo* em relação ao aprendizado de línguas.

Por se tratar de uma região referenciada como a capital cultural do país, centro de uma região metropolitana, com uma forte vocação turística, sem uma história de línguas em contato como aquela observada no sul do país e, ao mesmo tempo, uma região com flagrantes desníveis socioeconômicos, nos perguntamos qual o papel das línguas estrangeiras

neste resumido perfil sociolingüístico; que política lingüística para o ensino de línguas é a mais pertinente para promover, por exemplo, a inserção social.

Finalmente, esta representação simbólica a qual nos referimos mais acima deve afinar-se com uma abordagem teórica que nos permita focalizar esta parcela da sociedade por um de seus aspectos lingüísticos. Esta abordagem fundamenta-se na Sociolingüística, mais precisamente nos estudos sobre política lingüística, para entendermos a associação entre dominação social e dominação lingüística. O contexto sobre o qual se fundamenta este estudo justifica-se, em parte, na perspectiva de Calvet (2002a), para que tal abordagem se dê em um terreno marcadamente urbano. Uma das razões apontadas por esse autor é o fato da cidade ser em muitos contextos um lugar de variação e de contato de línguas e, conseqüentemente, de conflitos e de problemas de comunicação.

## 1.1

### **Definição do tema.**

Abordar o estudo do ensino de línguas estrangeiras em associação com o tema política lingüística despertou nosso interesse, primeiramente, como professora de francês ao constatarmos que nossa área de atuação limitava-se muito mais no âmbito do ensino privado, onde era maior a oferta de trabalho, que nas escolas públicas. Posteriormente, durante o desenvolvimento da coleta de dados para nossa pesquisa de mestrado em uma escola francesa no Rio de Janeiro (Pereira, 2002), pesquisa esta vinculada ao Projeto Integrado do CNPq <sup>2</sup>, sobre a aquisição da língua portuguesa em escolas bilíngües na cidade do Rio de Janeiro observamos

---

<sup>2</sup> Projeto coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Savedra, que investigou três escolas de língua inglesa, uma de língua alemã e uma de língua francesa, no período entre 1999-2001.

que as diferentes propostas analisadas para uma educação bilíngüe e as políticas lingüísticas dos países representados pelas línguas de alfabetização e pelas segundas línguas ensinadas, desempenhavam um papel relevante no processo de aquisição formal da língua portuguesa. Isto pôde ser observado desde as diferentes estruturações das disciplinas nas diferentes línguas oferecidas nas escolas, passando pela formação dos professores que ministravam essas disciplinas, pelas interações entre professores e alunos em sala de aula, pela denominação das séries escolares, até o espaço físico no qual se dava a aquisição da segunda língua.

O estudo do perfil da clientela das escolas analisadas, geralmente classe média alta, demonstrava que a opção por uma educação baseada em uma língua estrangeira continua sendo uma preocupação das classes sociais mais abastadas, atitude já assinalada por Freyre (1990; p.417):

É verdade que depois da independência começaram a aparecer colégios particulares, alguns de estrangeiros, pedagogos ou charlatães.; e a freqüenta-los filhos de magistrados e altos funcionários públicos, de negociantes e até de senhores de engenho.

A justificativa apresentada pelos pais para a escolha por este tipo de ensino está relacionada ao fato de seus filhos terem a possibilidade de seguir seus estudos no exterior e maiores oportunidades no mercado de trabalho.

O mesmo fenômeno de busca de prestígio não difere muito daquele observado nos habitantes da Papua Nova-Guiné, ao passarem do uso da língua vernácula *taiap* para o *tok pisin*. Neste caso, as pessoas, sobretudo aquelas da metrópole, foram associando progressivamente o *tok pisin* com as possibilidades econômicas do mundo moderno. De fato, quem dominasse a língua da metrópole dominava não somente o jogo econômico como também lhe definia as regras (Romaine e Nettle, 2003). Diríamos que no

caso do Brasil, nossas elites consideravam como metrópole os países mais desenvolvidos da Europa; ser alfabetizado em francês torna-se um traço de distinção social no sentido empregado por Bourdieu (2001).

Situamos esta pesquisa na perspectiva da sociolinguística, mais precisamente na área de política linguística. O foco principal é observar o acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras em diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro, selecionados neste estudo a partir de uma particularidade em comum, a sua relação com a globalização econômica (Macaé e Resende) e por ocupar o papel de centro político do Estado (Rio de Janeiro). O processo de globalização traz a tona a questão do ensino das línguas estrangeiras não só porque entra em jogo a interação internacional mas também porque põe em evidência as condições para que os indivíduos estejam aptos a participarem dessa interação, o conhecimento de línguas é sem dúvida uma delas.

Neste contexto, é necessário que se observe modo como as políticas linguísticas para o ensino de línguas, associadas aos contextos sócio-econômicos dos municípios estudados, podem contribuir para a promoção da inserção social dos indivíduos. A caracterização dos municípios faz-se necessária para avaliar se as políticas propostas são pertinentes com as necessidades reais dos cidadãos.

Nosso foco inicial pretendia abordar outros municípios que compõe a região metropolitana do Rio de Janeiro, porém diante da dificuldade em obter dados relativos ao ensino de línguas junto às respectivas secretarias de educação desses municípios nos levou a delimitar o estudo ao município do Rio de Janeiro e aos municípios de Resende e Macaé.

## 1.2

### Justificativa da pesquisa

Os estudos sociolingüísticos no Estado do Rio de Janeiro que tenham por tema políticas lingüísticas para ensino de línguas ainda são incipientes. Observamos algumas abordagens em lingüística aplicada relacionada ao ensino de línguas, mas são perspectivas que priorizam as práticas em sala de aula.

No entanto, uma abordagem que relacione a oferta a um ensino plurilíngüe às políticas lingüísticas constitui-se em um tema de relevância social e que necessita de um número maior de reflexões, sobretudo se considerarmos que estamos tratando de um Estado que atrai um grande número de imigrantes, internos e externos, com grandes bolsões de pobreza e de concentração de renda, com regiões que começam a conhecer um rápido desenvolvimento industrial mas que ainda não o traduziu em termos sociais, um Estado no qual uma educação bilíngüe desvirtua-se na função de ser mais um diferenciador social.

São fatos como estes que nos levam a analisar as políticas oficiais para o ensino de línguas no Brasil no âmbito da história das relações de forças e de interesses do cenário político nacional bem como o papel das línguas neste cenário. De acordo com Cooper (1997: 215), a língua (e acrescentaríamos *as línguas*) é uma instituição fundamental da sociedade sobre a qual se pautam outras instituições, o que significa que um planejamento sobre a mesma tem repercussões na sociedade.

### 1.3

#### Objetivos da pesquisa

Através deste estudo gostaríamos de chamar atenção para a situação do ensino de línguas no Estado do Rio de Janeiro e da necessidade de mostrar que, em termos de política lingüística, as escolhas devem ser compatíveis com as diferentes realidades regionais do país.

Muitas das possíveis soluções já foram implementadas com sucesso em outras regiões, como os centros de línguas no Paraná. Gostaríamos também de apontar que tais soluções podem surgir da parceria entre as instâncias públicas e privadas, principalmente nas regiões diretamente ligadas à dinâmica da globalização. Finalmente, temos por objetivo evidenciar que medidas dessa natureza demandam uma vontade política firme que considere a educação em toda a sua capacidade de transformar a sociedade.

A idéia que procuramos defender neste trabalho apresenta o ensino de línguas estrangeiras sob dois ângulos que se complementam: (a) aquele que associa a competência em uma língua estrangeira como fator de inclusão social e (b) aquele que prevê que o aprendizado de línguas pode levar em conta o contexto socioeconômico dos falantes. Ilustramos essa posição com a seguinte afirmação de Furtado (1998: 67): *“A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade”*.

Neste sentido, o subdesenvolvimento de que fala Furtado, agravado ou pelo menos mais em evidência em tempos de globalização, pode ser de fato abreviado pela educação; a educação lingüística é parte constitutiva deste processo.

## 1.4

### **Metodologia adotada.**

A abordagem metodológica adotada nesta investigação é a qualitativa, que nos permite amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. A pesquisa utilizou os seguintes instrumentos: levantamento bibliográfico, análise documental, questionários e entrevistas. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida no âmbito da sociolingüística e áreas afins para dar suporte teórico ao tema geral deste estudo. A análise documental visou os instrumentos legais (leis, decretos, pareceres, resoluções, regulamentos, regimentos) sobre intervenções lingüísticas no Brasil, com ênfase nos itens que tratam do ensino de línguas: primeiras e segundas línguas e línguas estrangeiras e dados socioeconômicos das regiões estudadas.

As entrevistas foram realizadas junto aos dirigentes dos municípios que respondem pelas secretárias de educação dos municípios (secretários ou sub-secretários) e junto ao setor de Acompanhamento Acadêmico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os questionários foram aplicados a universitários no município do Rio de Janeiro, no âmbito de uma pré-enquete sociolingüística no município do Rio de Janeiro.

## 1.5

### **Organização do trabalho.**

Organizamos textualmente este estudo em cinco partes. No **primeiro capítulo** expomos a motivação e a justificativa desta pesquisa. No **segundo capítulo** apresentamos uma visão teórica do conceito de política lingüística associado ao percurso teórico da sociolingüística, mostrando o estado da pesquisa no Brasil bem como e a articulação entre a política lingüística e poder político e econômico. No **terceiro capítulo** mostramos o lugar do

ensino das línguas estrangeiras na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) uma vez que é esta lei determina, oficialmente, as grandes linhas da política lingüística para o ensino de línguas no país. No **quarto capítulo** tratamos da relação entre globalização e a oferta de ensino de línguas no Estado do Rio de Janeiro, com ênfase nas escolas bilíngües privadas como lugar privilegiado de acesso a um ensino plurilíngüe, mostrando que a localização das escolas tem uma relação direta com o público alvo. No **quinto capítulo**, a partir de um panorama da realidade socioeconômica dos municípios de Resende, Macaé e Rio de Janeiro, procuramos mostrar que o acesso ao ensino plurilíngüe circunscreve-se primeiramente em um quadro de estratificação social. Um outro fator presente a este tipo de ensino é o contexto de globalização que promove as vantagens de uma formação bilíngüe. No **sexto capítulo**, analisamos alguns dos reflexos da limitada formação lingüística dos estudantes que pleiteiam uma vaga ou já se encontram na universidade, considerando que os mesmos já efetuaram, no mínimo, uma formação em línguas estrangeiras como prevista na LDB. No **sétimo capítulo**, apresentamos as linhas de ação da francofonia e o onde se situa o ensino de francês como língua estrangeira nessas linhas. Procuramos mostrar neste capítulo que a promoção do ensino do francês pode ser um caminho de mão-dupla entre os objetivos da francofonia e uma possível política lingüística que favoreça ensino deste idioma, cujos efeitos relacionam-se à inclusão social. No **oitavo capítulo** apresentamos uma síntese das idéias propostas neste trabalho.